



Evento	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2013
Local	Porto Alegre - RS
Título	A Nova Lei de Lavagem de Dinheiro: aspectos penais e principais alterações provenientes da lei 12.683/12
Autor	FELIPE MRACK GIACOMOLLI
Orientador	GIOVANI AGOSTINI SAAVEDRA
Instituição	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

O combate à lavagem de dinheiro, regulado no Brasil pela lei 9.613/98, foi objeto, recentemente, de importantes modificações provenientes da publicação da lei 12.683/12, cujo mote principal é tornar a persecução penal desses crimes mais eficiente. O legislador, portanto, em julho de 2012, modernizou a disciplina brasileira da lavagem de dinheiro nos mais diversos pontos, os quais devem ser analisados sob a ótica da teoria geral do delito econômico e da globalização econômica. Para tanto, utilizou-se da metodologia comparativa, explicitando e cotejando as questões teóricas e práticas resultantes da alteração legislativa em face da lei 12.683/12, a qual alterou a lei 9.613/98. O foco principal da presente pesquisa, pois, é analisar, criticamente, as novas regras legais de combate à lavagem de capitais no Brasil, além de comparar a aplicação prática dos instrumentos da nova lei com os utilizados pela legislação anterior. Destarte, foi formado um banco de dados contendo as principais decisões do Tribunal Regional Federal da 4ª Região acerca do delito de lavagem de dinheiro, compreendendo os anos de 1998 a 2012 – período de vigência da antiga lei 9.613/98 – com o objetivo de, posteriormente, possibilitar a verificação das mudanças substanciais que a nova legislação proporcionou à prática forense. Outrossim, a recente publicação do acórdão da Ação Penal 470 (*caso do mensalão*), pelo Supremo Tribunal Federal, é um importante marco para a interpretação dos crimes econômicos nele analisados, pois a sua posição certamente terá significativa importância nos posteriores julgamentos em todo o país, em virtude da força vinculante de que goza a mais alta Corte do país. Nesse sentido, o trabalho em tela, também, almeja examinar o entendimento da Suprema Corte acerca do crime de branqueamento de capitais, especialmente no que tange aos aspectos controvertidos e polêmicos desse instituto.